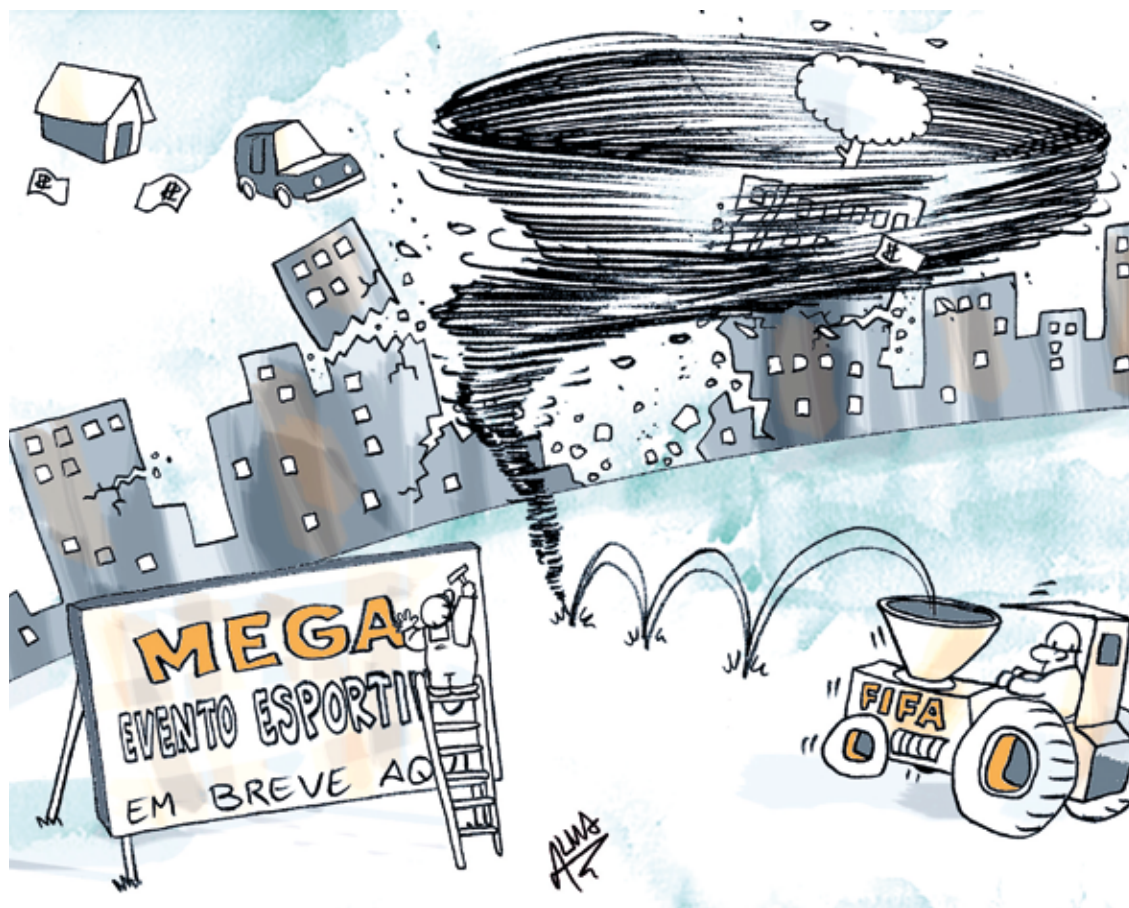


Copa e Olimpíadas: as chances de ouro para aprofundar desigualdades



A taça do mundo pode até ser nossa, mas a vitória por enquanto é do capital

Desde o início do século 20, quando a atividade esportiva começou a se fixar como prática social massificada, a lógica do capital se infiltrou no esporte, como fez com todas as outras esferas da vida humana, e lhe instituiu valores para a geração de riqueza. “O capitalismo captura a aura pura do esporte e a desdobra em ganhos objetivos”, observa Billy Graeff – coordenador do curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). **8 a 11**

1º CONGRESSO NACIONAL

O futuro é tão grande... Vamos de mãos dadas.
AVANÇAR na ORGANIZAÇÃO da BASE

Dias 27 a 30
de abril de 2012



Entidade reforça perfil sindical e faz balanço político. **6 e 7**

Entrevista: Docentes abordam perfil monopolista de patentes e consequências da crise. **12 e 13**

31º CONGRESSO DO ANDES-SN



31º Congresso ANDES-SN:

Categoria irá aprovar o plano de lutas do Sindicato Nacional para enfrentar os desafios de 2012. **3**

Editorial

Autonomia e coesão: nossas **armas** e nossas **sementes**

O ano de 2011 está prestes a terminar. No mundo todo, há um reboiço revolucionário com inúmeras manifestações de rua em defesa dos empregos, dos salários, de condições dignas de vida, pela liberdade e derrubada de governos ditatoriais.

A crise do capital é estrutural. Assim, é de se esperar que cresça este movimento crítico à globalização delirante do neoliberalismo, com o recrudescimento ainda maior da luta pelas reivindicações dos trabalhadores estabelecidas sobre novos paradigmas sociais.

E nós, o que temos com isso? Há cerca de 20 anos, o neoliberalismo é promovido sob várias formas no Brasil. Além das práticas econômicas, processos de compensações sociais subjazem para atrair o povo para os seus desígnios, bem como práticas de cooptação de lideranças para desarticular a cabeça do corpo social.

Mas, houve resistência dos setores que se mantiveram críticos e independentes e continuaram a forjar a luta vinculada exclusivamente com os interesses dos trabalhadores.

O ano de 2011 evidenciou esse crescimento. Marchas dos servidores públicos e greves de diversas categorias apresentaram um novo alento à articulação dos trabalhadores, ampliando a perspectiva de um fórum de lutas comprometido com as mudanças.

Esse foi o ano em que o ANDES-SN comemorou seus 30 anos de fundação e no qual retomamos a Campanha dos 10% para a Educação Pública, Já. Os docentes de diversas IEES realizaram greves vitoriosas em seus Estados. Estamos, também, firmes na luta pela carreira das IFE – Instituições Federais de Ensino - e integrados na batalha, com forte articulação de entidades, em defesa dos Hospitais Universitários e contra as negociatas dos Fundos de Pensão.

Daqui para frente, a tendência é que o quadro se agrave, no Brasil e no mundo. Temos que estar prontos para o que vier. É preciso responder com a nossa autonomia e com a nossa coesão interna, armas indestrutíveis e sementes da nossa mudança.



Políticos, sindicalistas, representantes de diversos movimentos se uniram no "Fora Collor"

Em defesa da Ética na Política

Formado para pedir o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, o "Movimento pela Ética na Política" mobilizou toda a sociedade brasileira. Avaliando que era dever do movimento docente contribuir com essa luta, o ANDES-SN se uniu às demais entidades, movimentos e sindicatos comprometidos com o pensamento democrático, para pedir a saída de Collor.

Ao participar do Movimento "Fora Collor", o Sindicato Nacional tinha clareza de que a corrupção era apenas um dentre os vários problemas políticos existentes naquele governo.

Na avaliação do ANDES-SN, aquele momento cristalizava as medidas pelas quais as classes dominantes tentavam fazer as classes subalternas refluírem para o terreno das lutas meramente econômicas e corporativas.

"Encurrular os movimentos populares e sindicais no campo da luta pela sobrevivência meramente física significa o mais brutal ataque aos direitos políticos e sociais dos trabalhadores", avaliava uma matéria publicada no InformANDES de junho de 92.

Reunidos em Fortaleza, em julho daquele mesmo ano para o 24º Conad, os docentes deliberaram por "Participar ativamente, com o conjunto do movimento sindical, dos partidos políticos e demais setores da sociedade civil, de uma campanha de massa pelo impeachment. O impeachment não pode ser entendido como mera "restauração da normalidade", mas como uma luta efetiva pela conquista da democracia e pela defesa das conquistas democráticas e sociais inscritas da Constituição."

Foi um período de intensa mobilização e articulação do ANDES-SN com demais entidades, partidos e sindicatos para enfrentar os graves riscos impostos ao conjunto de conquistas sociais garantidas na recém aprovada Constituição de 88.

EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor responsável: Luiz Henrique Schuch

Redação: Renata Maffezoli, Rejane Medeiros // Colaboração: Giselle Pereira (Adufes – Seção Sindical), Claudia Costa (CSP-Conlutas)

Fotos: L. Schuch, Renata Maffezoli // Edição: Renata Maffezoli MTb 37322 // Diagramação: Ronaldo Alves DRT 5103-DF

31º Congresso aprovará plano de lutas para 2012



rios estados também apontam iniciativas semelhantes.

Como estratégia de enfrentamento, a diretoria do ANDES-SN propõe que o Sindicato combine ações específicas da categoria com a participação nas campanhas dos servidores públicos e nas mobilizações gerais envolvendo as demais categorias de trabalhadores.

CSP-Conlutas

Diante de um quadro em que o governo continua a fazer pressões sobre as organizações sociais e os sindicatos independentes, a CSP-Conlutas tem sido uma das poucas entidades a ter uma postura desatrelada do Estado, dos patrões, e realmente comprometida com os reais interesses da população. Em pleno momento de reorganização da classe trabalhadora, o 31º Congresso vai apontar formas de ampliação da inserção do ANDES-SN e as posições que serão levadas pelo sindicato ao 1º Congresso da Central que ocorrerá em 2012.

Metodologia

O movimento docente tem aperfeiçoado a metodologia de funcionamento dos seus eventos nacionais ao tratar do temário em patamares que partem dos elementos mais gerais até chegar nos tópicos e ações bem específicos do plano de lutas.

O 31º congresso será dividido em atividades nos grupos mistos, a preparação e a realização das plenárias. Serão debatidos os seguintes temas: movimento docente e conjuntura; centralidade da luta; políticas sociais – política educacional, gerais e direitos e organização dos trabalhadores; questões organizativas e financeiras; pla-

no de lutas – geral, educação, direitos e organização dos trabalhadores; plano de lutas – setores.

Quanto às próximas eleições do Sindicato, a proposta é que elas sejam realizadas nos dias 8 e 9 de maio. Durante o evento as chapas já deverão registrar, pelo menos, os candidatos a os cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro. A inscrição definitiva de toda a chapa deve ocorrer até o dia 20 de fevereiro.

Desafios

Na avaliação da presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa, o 31º Congresso será realizado no momento de grandes desafios para os três setores e para a educação brasileira. “No setor das Federais estaremos negociando nosso projeto de carreira docente com o governo federal. Isso possibilita reafirmarmos nossa pauta e reforçarmos a nossa mobilização para a concretização desse projeto. Também há embate em vários Estados em torno dos direitos dos docentes”, observa.

Marina destaca que o encontro também deve se debruçar sobre o Plano Nacional de Educação 2012-2020, que provavelmente ainda estará sendo discutido pelos parlamentares no início do ano.

“O PNE continuará em disputa e, em torno dele, o patamar de investimentos públicos na educação brasileira. Alguns desafios permanecem, como a garantia de educação pública, gratuita e de qualidade para todos, a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino superior. Essa continua sendo a nossa principal luta e, com certeza, será tema de debates no 31º Congresso”, adianta.



“O 31º Congresso acontece num momento de grandes desafios para a educação pública”, avalia Marina

A conjuntura atual – na qual, sob o argumento de que é preciso enfrentar a crise econômica internacional, os governos impõem políticas restritivas aos trabalhadores, aos servidores públicos, aos aposentados e avançam no processo de privatização da educação –, deve marcar os debates do 31º Congresso do ANDES-SN, que acontece de 15 a 20 de janeiro do próximo ano, em Manaus (AM). Dos debates, serão tomadas deliberações importantes, como a definição do Plano de Lutas anual do Sindicato.

O 31º Congresso também vai deliberar sobre alterações no Caderno 2, – a qual reflete o projeto de Universidade defendido pelo ANDES-SN – e vai votar o regimento eleitoral para a próxima eleição do Sindicato, que definirá, pelo voto direto dos sindicalizados, a diretoria para o período 2012/2014, entre outras questões.

Plano de lutas

Para a diretoria do ANDES-SN, o próximo ano exigirá a presença forte da categoria, pois será preciso enfrentar a onda de retirada de direitos dos professores e a retração do governo em prover os meios que garantam políticas públicas de qualidade a favor da população.

O governo federal já avisou que não pretende reajustar os salários dos servidores e ainda está avançando na implementação de medidas que precarizam o serviço público, como a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e do Fundo de Previdência Complementar dos Servidores. Os governadores em vá-

2011: ano marcado por lutas e vitórias

Primero ano dos mandatos dos atuais governos estaduais e federal, 2011 prenunciava doze meses de muita luta. Fortalecidos pelos resultados das urnas, os administradores públicos começaram janeiro encaminhando ou desengavetando projetos favoráveis ao capital, como a concessão de isenções fiscais, a criação da previdência complementar dos servidores e a privatização de serviços da saúde. Realizando, enfim, reformas estruturais que afastam o Estado de suas responsabilidades com as políticas públicas.

Em contrapartida, se mostravam intransigentes com qualquer negociação salarial, colocando o pé no freio e fechando as portas a qualquer tipo de interlocução que envolvesse direitos dos servidores públicos e dos aposentados.

No nível federal, sob o argumento de que era necessário enfrentar a crise internacional, a presidente Dilma Rousseff anunciou um corte de R\$ 50 bilhões no orçamento, sendo R\$ 3,1 bilhões do Ministério da Educação e Cultura e R\$ 1,7 bilhão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Aos servidores foi dado o aviso de que não haveria reajustes gerais nem em 2011, nem em 2012.

Diante dessa realidade, o ANDES-SN trabalhou, junto com a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (Cnesf), na criação de uma frente de 32 entidades representativas do funcionalismo federal. Em torno de uma pauta de sete eixos, que incluía a derrubada do corte de R\$ 50 bilhões e a reposição de perdas salariais, os servidores realizaram

três atos públicos em Brasília.

A mobilização forçou a ministra do Planejamento a constituir uma mesa de interlocução com os servidores públicos, além de algumas reuniões da chamada “mesa de negociação permanente”. Apesar desse aceno, em julho o governo afirmou, categoricamente, que não seria dado nenhum índice de reajuste em 2011 e 2012, apenas seriam realizadas negociações com algumas categorias, com o objetivo de corrigir distorções nas carreiras.

No 56º Conad, realizado no final de julho, a categoria docente aprovou uma contraproposta de acordo emergencial, que foi apresentada na mesa de negociações. No dia 19 de agosto, o governo apresentou sua proposta, e reforçou que as tratativas deveriam ser encerradas até o final do mês. Após consultar a categoria nas assembleias extraordinárias, o ANDES-SN assinou o acordo.

“A repercussão financeira era pequena, mas a proposta sinalizava a reversão da tendência que vinha desde a década de 1990, que discriminava os aposentados, os docentes em início de carreira e fragmentava a remuneração, por isso, representava um avanço estrutural positivo no sentido do projeto de carreira defendido pelo Sindicato”, afirmou a presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa. Avançar mais dependeria de um acúmulo de forças que a categoria não tinha naquele momento, mas que pode ser construído em 2012.

O ANDES-SN também esteve presente nas lutas locais protagonizadas pelos docentes, como na Universidade Federal do Paraná e na Universidade Federal de





Rondônia (Unir), que resultou na renúncia do reitor.

No setor das Instituições Estaduais de Ensino Superior (Iees) e das Instituições Municipais de Ensino Superior (Imes), foi possível dar saltos organizativos, com a realização do 8º Encontro Nacional, em outubro, e a pesquisa sobre a estrutura remuneratória em vários estados, além de alguns avanços nas pautas salariais. Foram realizadas lutas importantes, mobilizações e greves em Goiás, Rio Grande do Norte, Amazonas, Paraná, Piauí, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

“Neste ano tivemos avanços importantes. Atendendo deliberação do 30º Congresso, fortalecemos as relações sindicais das Iees e Imes e trabalhamos no sentido de construirmos pautas únicas e lutas conjuntas em torno do financiamento, de planos de cargos, salários e carreira e da democracia no ensino superior”, destaca a 1ª secretária do ANDES-SN, Zuleide Fernandes de Queiroz.

Já no setor das Instituições Particulares de Ensino Superior (Ipes), o ANDES-SN, com o apoio do Dieese, elaborou neste ano um levantamento sobre o perfil dos docentes, no qual foi constatado a alta rotatividade desses profissionais nas instituições e a precariedade dos contratos. No encontro do setor, realizado no final de outubro, foram definidas estratégias para que o Sindicato retome a história de lutas dos docentes das Ipes.

No contexto das lutas mais gerais,

o ANDES-SN tem se empenhado no fortalecimento da CSP-Conlutas e participado de atividades importantes, como a Marcha da Jornada Nacional de Lutas, realizada em Brasília no dia 24 de agosto, que levou mais de 20 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios.

Ao reunir movimentos sociais de vários segmentos, a marcha fortaleceu e deu visibilidade a mobilizações populares, greves que ocorriam naquele momento e possibilitou a unificação da luta em torno de pontos comuns.

Para o 2º tesoureiro do ANDES-SN, Almir Serra Meneses Filho, 2011 foi um ano difícil, mas vitorioso, no sentido em que o Sindicato não abriu mão de seus princípios e está conseguindo avançar na organização dos docentes. “Os desafios têm sido muito grandes, mas são eles que estão nos fortalecendo”, avalia.



1º CONGRESSO NACIONAL

O futuro é tão grande... Vamos de mãos dadas.
(Versão livre de *Mãos Dadas* - Drummond)

AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO DE BASE

**Dias 27 a 30
de abril de 2012**

Estância Árvore da Vida, Sumaré/SP | Brasil



Mais informações: (11) 3107-7984 | Site: www.cspconlutas.org.br

CSP-Conlutas realiza seu 1º Congresso Nacional

Entidade reforça perfil sindical e popular

Por Claudia Costa
jornalista da CSP-Conlutas

Dois meses antes de comemorar dois anos de sua fundação, a Central Sindical e Popular CSP-Conlutas, à qual o ANDES-SN é filiado, realizará seu 1º Congresso Nacio-

nal, de 27 a 30 de abril de 2012.

As tarefas não serão poucas. O objetivo do Congresso é discutir e deliberar as posições da entidade acerca de diversos assuntos. A situação política nacional e internacional é um deles, assim como o plano de ação e as atividades decorrentes do debate de conjuntura. Discutir o

Calendário

**ATÉ O DIA 28 DE
FEVEREIRO DE 2012**

Inscrição das Teses

**1º DE MARÇO A 15 DE
ABRIL**

Período de realização das assembleias – as assembleias devem ser comunicadas à Secretaria do Congresso 10 dias antes

ATÉ O DIA 20 DE ABRIL
Pagamento das taxas

**ENTRE OS DIAS 15 E 20
DE ABRIL**

Eleição dos(as) delegados(as) das organizações estudantis e movimentos de luta contra a opressão

**27 A 30 DE ABRIL DE
2012**

1º Congresso da Central Sindical e Popular CSP– Conlutas

1º DE MAIO

Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores

2 DE MAIO

Encontro Internacional

balanço político e organizativo da Central também será um tema relevante na perspectiva de avançar no seu fortalecimento no próximo período.

Segundo Francisco Miraglia, 1º vice-presidente da Regional SP e representante do Sindicato Nacional na Central, esse 1º Congresso Nacional servirá para consolidar a CSP-Conlutas. “Ao mesmo tempo será importante para discutir políticas de expansão e enraizamento da Central no Brasil afora, para fazer a luta em uma perspectiva combativa e classista”, reitera.

Diante da convicção de que a classe trabalhadora brasileira se organiza de forma diferenciada em várias frentes, o 1º Congresso da CSP-Conlutas reafirmará seu perfil sindical e popular. O ponto

principal do debate será como avançar na integração de todas as categorias, sejam organizadas em sindicatos, movimentos populares ou em outros espaços de atuação, no interior da Central. A intenção é fortalecer o trabalho pela unidade das organizações e entidades sindicais e populares, de caráter classista e de luta, numa mesma organização de frente única.

Organização de base

A organização de base é um pressuposto para o efetivo exercício da democracia operária e para o combate à burocratização de dirigentes e entidades. Essa concepção é o tema principal do 1º Congresso desde a sua preparação.

Dentro desta perspectiva, nos dias 26 e 27 de novembro último, foi realizado em São Paulo um seminário nacional cuja principal resolução foi a aprofundar a organização de base para fortalecer as mobilizações e democratizar a atuação nos locais de trabalho e moradia. Tais ações têm por objetivo criar empecilhos para a burocratização de dirigentes e das entidades, uma dinâmica do sindicalismo brasileiro, com bases ainda na era varguista.

Base do ANDES-SN e o Congresso

Esse congresso também tem relevância para a base do ANDES-SN. O Sindicato Nacional, desde a sua fundação, tem em seu programa que a defesa da universidade pública de qualidade deve estar ligada aos

interesses da classe trabalhadora, por isso a importância da Central. “Nossos problemas salariais, direitos e políticas sociais como saúde e educação têm que ser articulados com os interesses gerais dos trabalhadores e suas lutas”, ressalta Miraglia.

Os detalhes da forma de participação do ANDES-SN no 1º Congresso da Central, bem como as contribuições da entidade à CSP-Conlutas, serão definidos no 31º Congresso Nacional, que acontece em -janeiro, em Manaus (AM).

Programação

As Plenárias Gerais do 1º Congresso da CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular são sua instância máxima de decisão. Serão compostas por todos os participantes credenciados ao Congresso, que decidirão soberanamente sobre todas as questões relativas ao temário proposto. A preparação do evento está a cargo da Secretaria Executiva Nacional da entidade.

DIA 27 DE ABRIL – SEXTA-FEIRA

Ato solene de abertura do I Congresso da CSP Conlutas - Central Sindical e Popular
Votação do Regimento

DIA 28 DE ABRIL – SÁBADO A 30 DE ABRIL – SEGUNDA-FEIRA

Apresentação das Teses
Grupos de trabalho
Painel de debate sobre “Organização de Base”
Plenária geral
Assembleia estatutária
Confraternização/atividade cultural
Encerramento

DIA 1º DE MAIO – TERÇA-FEIRA

Ato pelo Dia Internacional dos Trabalhadores

DIA 2 DE MAIO – QUARTA-FEIRA

Encontro Internacional



Sérgio Krieger

Seminário Nacional de Organização de Base discutiu a democratização do movimento e abriu as atividades do 1º Congresso

Copa e Olimpíadas: as chances de ou

A indústria dos megaeventos esportivos também produz a megaviolação de direitos, megaendividamento público e megairregularidades.

por Renata Maffezoli

Colaboração de Giselle Pereira (Adufes – Seção Sindical)

Desde o início do século 20, quando a atividade esportiva começou a se fixar como prática social massificada, a lógica do capital se infiltrou no esporte, como fez com todas as outras esferas da vida humana, e lhe instituiu valores para a geração de riqueza. “O capitalismo captura a aura pura do esporte e a desdobra em ganhos objetivos”, observa Billy Graeff – coordenador do curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Segundo o professor, o modelo hegemônico transfere ao esporte as mesmas formas de controle que exerce nas fábricas. “Isso só acontece no momento em que a burguesia e a aristocracia perdem lugar para os trabalhadores no esporte. Começa então a buscar outros espaços onde ganhar dinheiro e se apropriam das confederações, federações, diretorias de clubes. Da mesma forma que estabelecem tempo e recordes para transformar o esporte em valor. Isso sem falar no tráfico de atletas, que são vendidos de

acordo com seu rendimento, com sua capacidade de produzir”, explica.

Com o oligopolização internacional da economia, já final dos anos 70, assistimos ao início da ‘espetacularização’ dos campeonatos e olimpíadas, como meio de lucrar ainda mais em cima dos eventos esportivos, retirando da atividade seu verdadeiro papel social. “O que é mais importante: o esporte espetáculo ou a participação popular? Meia dúzia jogando e milhões assistindo ou focar nos investimentos de prática para a população?”, questiona Graeff.

Na lógica capitalista, o espetáculo rende mais lucro. Logo, é o que realmente importa. A Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 estão aí para confirmar. Em nome das competições, bilhões de reais oriundos dos cofres públicos estão sendo injetados projetos de construção de estádios, vilas olímpicas, áreas de treinamento, melhorias e expansão do transporte público urbano, dos aeroportos e em segurança pública.

As autoridades públicas dizem que a população vai lucrar muito com os eventos. “Os impactos econômicos da

competição no Rio de Janeiro e no Brasil serão ‘vastos’”, afirmou recentemente o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo.

No entanto, vale questionar a qual população o discurso oficial se refere. Quem realmente ganha com os megaeventos esportivos? Basta olhar um pouco além das placas das obras no Rio de Janeiro, por exemplo, para ver que os impactos econômicos serão “vastos” para alguns e devastadores para muitos.

De acordo com o professor Carlos Vainer, em entrevista à Pulsar, cerca de R\$ 40 bilhões serão direcionados a empreiteiras enquanto milhares de famílias e comunidades de baixa renda do país sofrem com remoções.

A desocupação das áreas obedece à geografia dos grandes projetos que irão receber a Copa do Mundo e a Olimpíadas. De acordo com o professor de Planejamento Urbanístico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do grupo de pesquisa do projeto Observatório das Metrôpoles, Orlando Alves dos Santos Junior, as transformações arquitetônicas e urbanística visam construir verdadeiros cenários de cartão-postal para os jogos mundiais.

Lutz Fernando Naveiro



ro para aprofundar desigualdades

“Esse processo implica na apropriação pelo capital de certas áreas da cidade que estão desvalorizadas e, portanto, parcialmente desmercantilizadas. Para isso, o Estado promove a remoção de comunidades populares justificadas pelo discurso do direito à moradia, por exemplo,” explicou.

Entre as principais obras que afetam os moradores cariocas estão os três corredores expressos para ônibus, chamados de BRTs. Segundo a pesquisa *Megaeventos e Mobilidade Urbana: Estudo de caso da Implantação do Sistema de BRT na Cidade do Rio*, do professor visitante da Universidade Federal Fluminense (UFF) Christopher Gaffney, pelo menos 5 mil famílias em 13 bairros diferentes serão removidas, para a construção cerca de 100 quilômetros de vias a um custo de R\$ 4,2 bilhões.

Enquanto uma quantia bilionária de recursos públicos é injetada nessas obras, a gravidade das denúncias relacionadas aos processos de remoção evidencia o descaso dos governos com a população afetada.

Segundo Orlando Alves, relatos feitos por moradores destacam a falta de transparência nas ações da administração pública, a não discussão prévia dos projetos e das remoções, a ausência do diálogo e de negociação sobre alternativas às remoções, a realização de despejos de forma violenta, o baixo valor pago pelas indenizações (quando é feito) e a transferência de famílias para áreas distantes de seus locais de origem e muitas vezes com infraestrutura pior do que as moradias anteriores.

Todos esses fatores podem implicar na inadequação das soluções habitacionais das pessoas atingidas e, inclusive, no aumento das famílias sem teto ou moradoras de áreas de risco no Rio de Janeiro, como também nas demais cidades que sediarão a Copa do Mundo e a Olimpíadas no país.

O legado

Além de criar o mito de que a transformação da cidade é um processo intrínseco ao projeto que irá beneficiar toda uma nação, desde 2003 o termo ‘legado’ aparece relacionado aos jogos Olímpicos, como forma de justificar o alto investimento na realização desses eventos.

Segundo a mestre em arquitetura e urbanismo, a professora da Universidade

Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e doutoranda da UFRJ, Nelma Oliveira, a palavra passa a ser usada com frequência, pois é necessário se criar a ideia de que algo vai ficar para o país sede em troca de todo dinheiro público gasto.

A desculpa é necessária por que os projetos envolvidos tanto na realização da Copa quanto das Olimpíadas não são voltados para os interesses diretos das comunidades locais, ou mesmo pensados

de forma a atender aos anseios dessa população.

Nelma ressalta que a realização de megaeventos esportivos produzem um ambiente extremamente favorável para que o autoritarismo “consensual”, inerente ao modelo de planejamento neoliberal, se realize em sua forma mais radical, produzindo, como resultado, verdadeiras “cidades de exceção”, termo cunhado pelo professor Carlos Vainer, por analo-



gia ao estado de exceção produzido por governos ditatoriais.

A professora vai além e argumenta que se a produção dos megaeventos esportivos cria o ambiente propício para a condição de exceção, isso não se dá apenas devido à urgência produzida pelo seu rígido cronograma, como tem sido recorrentemente alegado.

“Acredito que tal condição só se viabiliza graças à crescente autonomia econômica, política e jurídica gradualmente conquistada pelo campo de produção do espetáculo esportivo, em uma delicada costura que atravessa mais de um século e assume como principais protagonistas a FIFA, o Comitê Olímpico Internacional (COI) e os interesses por eles representados”, completa.

Ao justificar a “necessidade” de medidas excepcionais para sua implementação, tais projetos atendem a uma perfeita coordenação entre os interesses das instituições internacionais e as demandas dos grupos políticos locais por formas paralelas e ágeis de exercício do poder que garantam a viabilidade de outros interesses locais.

A pesquisadora da UFRJ destaca que no caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a conquista do título de cidade sede dos jogos Olímpicos só veio depois de consolidada uma coalizão entre as três esferas de poder público (municipal, estadual e federal), em pacto com os grandes grupos economicamente dominantes na

cidade. Isso claro, garantindo ainda uma série de regalias previstas na Lei 12.035 (Ato Olímpico) e no decreto lei municipal 30.379, curiosamente publicado no dia 01 de janeiro de 2009 (feriado universal).

Ataques à soberania e livre concorrência

Tais medidas “excepcionais” como as previstas no Ato Olímpico e na Lei da Copa (esta em votação no Congresso), representam, por exemplo, um ataque à soberania brasileira e aos pequenos comerciantes e vendedores ambulantes.

“Se a Lei da Copa fere a soberania do país em sua capacidade de autodeterminação da política de relações internacionais, quando flexibiliza as condições para obtenção de visto de entrada e permissão de trabalho no país, o Ato Olímpico vai muito além. Ele simplesmente determina a dispensa do visto de entrada no país para os estrangeiros vinculados à realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Basta a apresentação do passaporte válido, em conjunto com o cartão de identidade e credenciamento olímpico autorizado pelo COI, independente do país de origem do seu portador. Tal medida, entretanto passou por votação e foi aprovada no Congresso Brasileiro sem provocar nenhum tipo de debate ou reação na sociedade. Afinal, ela foi discutida quando ainda nem sabíamos se de fato iríamos ou não sediar os Jogos Olímpicos de 2016”, conta Nelma.



Mas pior que isso, segundo a professora, é a criação de territórios dentro da cidade onde será proibida a venda de produtos e publicidade de concorrentes dos “parceiros” comerciais da FIFA ou de patrocinadores do evento. “Com base nesse critério, não poderá permanecer aberto o estabelecimento comercial que vender: cerveja que não Budweiser, refrigerante que seja não Coca-Cola, sanduíche que não seja McDonald’s,





LEANDRO CABIDO/PORTAL 2014

qualquer produto de higiene que não seja Johnson-Johnson, chocolate ou outro produto que não seja Nescau, calçados que não sejam Adidas, eletrodoméstico que não seja Sony, ou, quem sabe, até galeto que não seja Seara. Nesse caso, o que está em jogo é o próprio direito de estar e se comportar na cidade, em seus espaços públicos e até mesmo privados, como é o caso dos estabelecimentos comerciais”, explica.



LUIZ FERNANDO NABUCO

Jornalista da TV Tagarela, Arley Macedo é morador da Rocinha e tem acompanhado de perto o processo transformação da cidade do Rio de Janeiro para a recepção tanto da Copa, quanto das Olimpíadas.

“Os eventos caíram como uma luva aos interesses históricos de segregação dos pobres. É mais um braço, mais uma ação que vai contribuir para o objetivo de limpeza do Centro e da Zona Sul”, observa.

Em entrevista ao InformANDES, o jornalista traz a visão de quem é afetado diretamente pela indústria dos megaeventos.

Quais benefícios (se algum) e prejuízos que estas intervenções em nome dos eventos esportivos trazem para as populações locais?

Acredito que os benefícios para as populações são pontuais e só se materializam durante a construção dos aparelhos, no período de preparação dos eventos e durante a realização do evento. Depois disso, o legado não atende aos moradores dessas áreas, o evento é pensado para atender às empresas internacionais em acordo com os governos brasileiros, o que é visto, num primeiro momento como benefício, a longo prazo acaba por não modificar a vida das pessoas, o dinheiro que se gasta, o tempo que se dedica e a expectativa que não é atendida, são os grandes prejuízos.

Qual o impacto da realização destes eventos na vida das comunidades que estão em áreas consideradas estratégicas para a realização dos jogos?

De uma dimensão gigantesca, o local onde essas pessoas construíram suas vidas e histórias não pode mais ser deles por que o Governo, que nunca fez nada por eles, agora exige esse local, para atender aos interesses de empresas internacionais. A Copa e as Olimpíadas não são eventos para as pessoas pobres que moram no Brasil, no entanto essas pessoas são sacrificadas e convencidas de que esse sacrifício é para o bem de todos.

É possível visualizar, no momento, algum legado positivo dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo para as populações das áreas carentes do Rio de Janeiro?

Não consigo. Que legado os Jogos Pan-americanos deixaram para o Rio de Janeiro? Vejo um legado negativo no momento, já suspendemos uma lei para garantir a

venda de cervejas nos estádios. Isso vai ficar para a história, as próximas gerações nos verão como aqueles que colocaram o futebol acima das leis.

A mídia tem dado amplo destaque às ocupações das favelas pela polícia, com as UPPs, como uma ação que atende aos anseios da sociedade. É possível dizer que atende aos anseios da população que mora nas comunidades?

Acredito que uma sociedade que pensa na paz pela via da segurança pública tem sérios problemas. O termo pacificação já é um equívoco, nós que moramos em favela, nunca declaramos guerra ao Estado Democrático de Direito. Se a intervenção tivesse acontecido respeitando todos os princípios democráticos, garantindo os direitos dos cidadãos, não haveria problema, a questão é que essa intervenção se deu como se estivéssemos vivendo um estado de exceção, o que não é verdade. Por isso não há como a população se sentir atendida, se sente sim invadida. A especulação imobiliária ganhou mais um campo de exploração, esse pedaço de terra está entre Gávea e São Conrado, agora o mercado vai

Isso vai ficar para a história e as próximas gerações nos verão como aqueles que colocaram o futebol acima das leis.

assumir a regulação do valor dos imóveis aqui. Foge ao controle da população local, o aluguel que custava R\$ 300, já passou para R\$ 500, o quitinete que valia R\$ 20.000, agora

vale R\$ 45.000. Como é que se faz para lutar contra a ordem econômica mundial, dentro de uma comunidade? O turismo vai aumentar sem dúvida, a proposta de construir um teleférico, como no Complexo do Alemão, é para atender aos turistas, não a Dona Maria que mora no alto do morro e precisa levar sua sacola de compras. Já se ganha muito dinheiro com a Rocinha, agora vão ganhar mais, e não existe ninguém que possa regular essa atividade, é um mercado livre que não dá nenhum retorno para quem mora aqui.



ANDES-SN debate o ensino e a pesquisa na contemporaneidade

Seminário Ciência e Tecnologia no Século XXI debruçou-se sobre os limites da produção acadêmica no capitalismo

Por dois dias, de 17 a 18 de novembro, o ANDES-SN reuniu estudiosos do Brasil, da Itália e da Argentina para debater como se dá a apropriação da produção científica na atualidade. As reflexões foram feitas no seminário “Ciência e Tecnologia no Século XXI”, promovido pelo Sindicato na Universidade de Brasília (UnB).

Dividido em quatro mesas, o Evento Nacional debateu o caráter da produção do conhecimento científico no capitalismo, o financiamento da pesquisa científica no Brasil, as relações entre os interesses público e privado no dia a dia das universidades e as conseqüências do produtivismo na saúde dos docentes.

O perfil monopolista das patentes e as conseqüências da crise econômica foram os temas abordados pelos professores Francesco Schettino, da Università di Roma, e Pablo Rieznik, da Universidad de Buenos Aires, que estiveram em Brasília exclusivamente para participar do evento.

Usando como base a pesquisa feita para sua tese de doutorado, Francesco Schettino mostrou que o sistema de proteção intelectual na Europa é extremamente injusto socialmente, além de

ser incoerente ao próprio capitalismo, pois é prejudicial às pequenas empresas, que não conseguem registrar suas patentes.

Já para o ativista argentino, o sistema de patenteamento tem prejudicado a produção científica. “No setor de petróleo, por exemplo, grandes empresas compram diariamente patentes para deixar que outros não as desenvolvam. É o capitalismo levando a produção científica a uma catástrofe”, anunciou.

O sistema de patentes também foi tema da palestra feita pelo professor e cientista da área de fármacos da Universidade de São Paulo (USP) Sérgio Henrique Ferreira, que falou na mesa “Pesquisa Científica, Interesse Público e Interesse Privado”. Ele criticou o fato de a indústria, por meio das associações com universidades, apropriarem-se do conhecimento científico para, depois, patentear as inovações em benefício privado.

“E isso é ruim, porque o conhecimento deixa de ser apropriado por todos, já que é patenteado pela indústria, impedindo o livre pensar. Nós, da universidade, não deveríamos contribuir com isso”, criticou.

Confira a seguir, trechos das entrevistas concedidas por Francesco Schettino e Pablo Rieznik ao InformANDES.

FRANCESCO SCHETTINO

Você poderia explicar afirmação feita no Seminário de que a redução da taxa de lucros e a concentração da riqueza aceleraram a crise do capitalismo?

A redução da taxa de lucro depende do aumento da composição orgânica do capital. Ou seja, o número de máquinas em relação ao labor humano está crescendo e isso comporta automaticamente, segundo Marx, uma diminuição contínua da taxa do lucro. Se o capital não é capital se não pode acumular, se não tiver taxa de lucro, ele vai à falência.

Com relação à concentração de capitais, a lógica é a mesma. Se há uma diminuição do número de empresas capazes de produzir acumulando capital, há uma queda na concorrência.

É essa a razão porque, agora, em muitos mercados, há mais ou menos uma situação de monopólio. É por isso que não temos mais competição internacional e poucas são as empresas que podem fazer inovação. A parte positiva da competição econômica vai desaparecendo.

Há, então, menos inovação tecnológica?



“O sistema de registro de patentes prejudica o próprio capitalismo”

Sim, pois quanto menor a competição, menor a inovação tecnológica. É uma tendência.

A sua pesquisa constatou que as pequenas empresas têm dificuldades para registrar suas patentes e que as grandes empresas boicotam esse patenteamento, o que fazer para mudar essa situação?

Essa é uma pergunta muito difícil de responder porque o sistema de patentes protege a propriedade intelectual capitalista. Então, é normal que se a tendência do capitalismo é reduzir o número de empresas produtoras, a tendência é o monopólio. É normal que o sistema de proteção intelectual vá tutelar essa tecnologia. Então, a pequena empresa, em vetor individual, não tem muita possibilidade de fazer nada. Deveriam existir mecanismos nacionais que protegessem o pequeno investidor, a pequena empresa.

O conhecimento em redes seria uma saída para democratizar as patentes?

Não. Acho que a cooperação em rede é muito similar a um socialismo intelectual. Mas, se não há um socialismo na área produtiva, não pode haver um socialismo na área intelectual. Por quê? Porque tem acumulação, tem apropriação privada das novas idéias. É uma ideia muito fascinante, sem dúvida, mas essa não é a perspectiva, pelo menos não no capitalismo.



"...ao reduzir a inovação tecnológica", afirma Schettino



"Os trabalhadores acadêmicos também serão atingidos pela atual crise econômica", avalia Rieznik

PABLO RIEZNIK

O senhor poderia explicar a sua declaração de que o capitalismo tem levado a ciência a uma catástrofe?

A ciência e a atividade científica não são atividades isoladas. O capitalismo está levando o mundo inteiro à catástrofe e a ciência não está isolada desse contexto. Estamos assistindo a uma crise que não tem precedentes. Em primeiro lugar, a crise significa demissões em massa também entre os trabalhadores da ciência e da educação. Ela significa jogar no lixo o trabalho qualificado, o que levará a humanidade a uma espécie de entorpecimento geral. E, infelizmente, num mundo em que metade dos seus 7 bilhões de habitantes não consegue comer normalmente, a educação e a ciência têm limites muito profundos.

E como ocorre o que o senhor chama de privatização da ciência?

Os grandes monopólios e as corporações empresariais estão produzindo o que podemos chamar de degradação epistêmica. Isto é, já não há liberdade para pensar. Há a privatização do conhecimento e do pensamento. O sistema de patentes está colocando catástrofes muito concretas. Os laboratórios medicinais impedem a fabricação massiva de medicamentos baratos porque não dão lucros. A indústria petrolífera, que causa tantos desastres, compra patentes para impedir o surgimento de produtos menos poluentes, como o carro elétrico.

A pesquisa só avança onde é possível retorno financeiro?

Não é só isso. A pesquisa é detida e controlada pelo grande capital. Os produtos

Apple, por exemplo, de um lado são fabricados com trabalho escravo na China e, por outro, o que Steve Jobs fez foi se apropriar e patentear o conhecimento desenvolvido na universidade. É importante observar que as grandes indústrias da informática moderna, o Google e a própria Apple, estão brigando entre si e têm contratados mais advogados do que engenheiros, o que revela o parasitismo deles. Outra coisa, quem não pode adquirir os softwares, que estão privatizados, torna-se um analfabeto digital, não há a coletivização do conhecimento. A minha conclusão é que educação e capitalismo, particularmente na crise, têm se transformado em opostos absolutos.

O que teremos depois da atual crise do capitalismo?

Isso depende da gente. Ou nós progredimos numa transformação social, para superar esses limites, cada vez mais terríveis do capital, ou o capital impõe à humanidade um retrocesso civilizatório. A solução para esse dilema, não é teórico, é prática. Se a humanidade conseguisse elevar a sua consciência prática para a transformação, teremos outro mundo. Caso contrário, permaneceremos nessa tragédia cotidiana. A história faz-nos homens, embora não possa escolher o cenário de seu fazer.

Nessa perspectiva de que nós fazemos a história, como o senhor avalia o "Ocupe Wall Street"?

É a geração que tem, provavelmente, o desafio de abordar essas transformações. A velha geração, em termos gerais, é uma geração que tem sofrido muitas derrotas. Está esmagada. E sempre foi assim, a transformação social nutre-se, sobretudo, da atividade da juventude.

140 anos: Comuna ainda vive na luta dos trabalhadores

“Não morreu a causa da Comuna, que segue vivendo dentro de cada um de nós. A causa da Comuna é a causa da revolução social, é a causa da completa emancipação política e econômica dos trabalhadores, é a causa do proletariado. E neste sentido, é imortal”.

*V.I. Lênin,
trecho de Em memória da Comuna, de 1911*

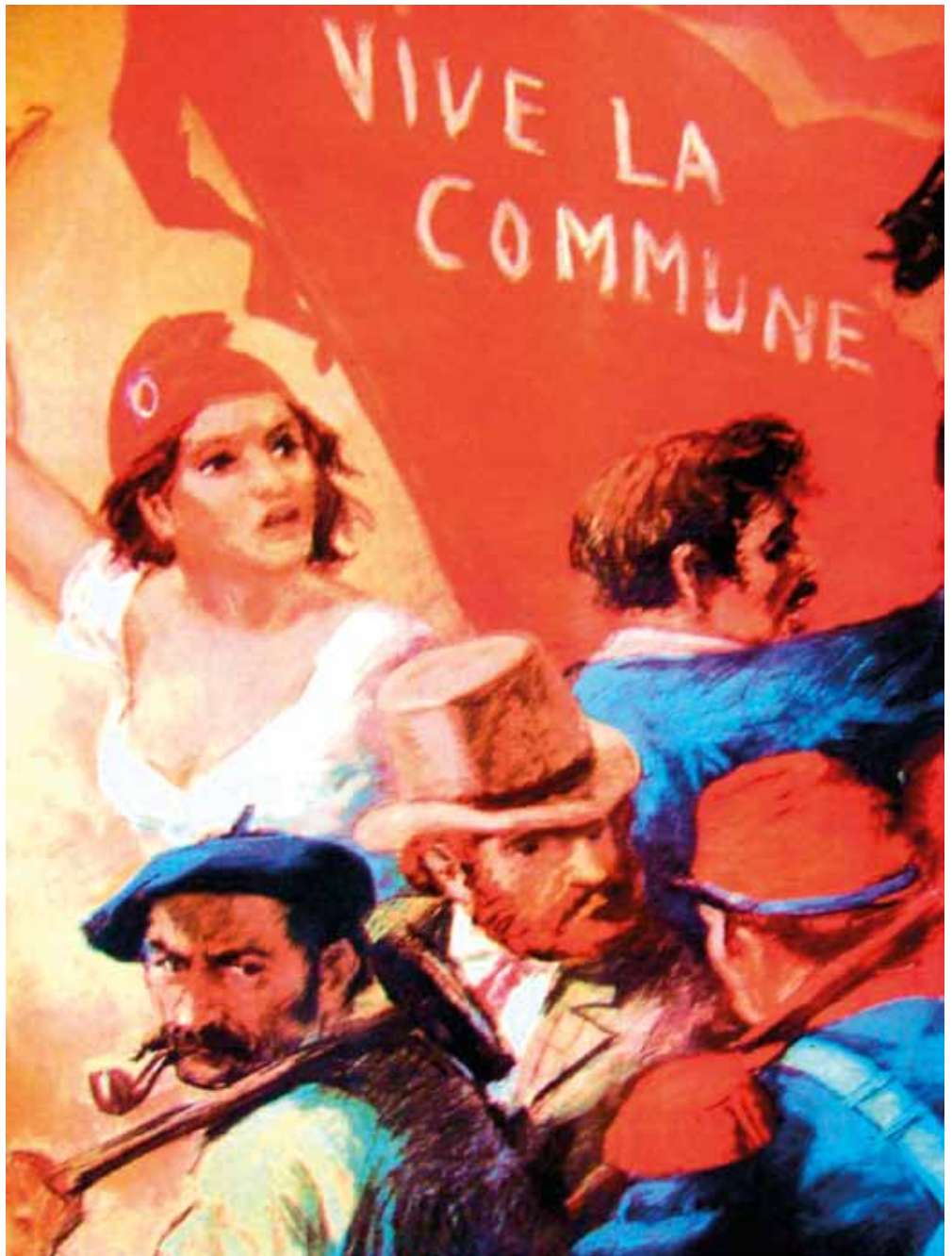
O ano de 2011 certamente entrará para a história como aquele em que a panela de pressão do modelo capitalista se descontrolou, dando claros sinais de estar prestes a explodir.

Em todos os continentes, manifestantes tomaram as ruas e fizeram ecoar suas vozes. Em comum, todas as lutas eram contra a tirania: do Estado sobre seu povo, do capital sobre a sociedade, do imperialismo sobre a democracia, dos opressores sobre os oprimidos.

Talvez só o distanciamento do tempo permita a reflexão aprofundada sobre o impacto que estas revoltas terão sobre o modelo imperialista vigente. Mas olhar para o passado e resgatar outro grande evento do século 19, se faz, nesse contexto, mais que necessário, pois como lembra o professor Mauro Iasi, os inimigos ainda são os mesmos.

Iasi se refere à Comuna de Paris, que em 2011 celebrou 140 anos. Para o professor, o que motivou esta histórica revolução do proletariado ainda vive, assim como os ideais que uniram a classe trabalhadora em defesa de seus direitos e de seu território. Ainda respira também o carrasco que destruiu a Comuna e condenou à morte mais de 30 mil trabalhadores parisienses. Por isso, a importância em preservar e generalizar essa experiência.

“A Comuna é atual porque é um episódio que abre este período de necessidade



de superação do capitalismo e pauta o horizonte de toda experiência que se pretende democrática”, observa o professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (Nepem).

Voz ao proletariado

Durante todo o ano de 2011, várias homenagens pipocaram em várias partes do Brasil e n mundo, lembrando os 140 anos da Comuna, sempre noticiados em jornais sindicais, de movimentos sociais. Nada, ou muito pouco, se viu nos veículos

de massa. Isso porque a lembrança da Comuna ainda incomoda.

Para Virginia Fontes, professora da Universidade Federal Fluminense, qualquer ato que lembre a Comuna já é uma vitória da classe trabalhadora contra a classe dominante que acha que pode apagar a história a qualquer instante. A docente fez a avaliação durante participação no 17º curso do Núcleo Piratininga de Comunicação.

De acordo com a Virgínia, a censura à Comuna de Paris não acontecia só na imprensa, mas no cotidiano da população. Virgínia ressaltou que o apagamento de um fato não se dá só pelo silêncio, mas



também pelo excesso de ruído. Ou seja, se criam milhares de outros acontecimentos para bombardear a sociedade e minimizar o efeito do que pode ser prejudicial à classe dominante.

Por isso, lasi ressalta que é papel da mídia sindical, de classe e alternativa saudar a Comuna, pois, segundo ele, os veículos de massa da imprensa burguesa jamais irão fazê-lo.

“Da mesma forma que censurou e criminalizou os comunnardos à época da revolução, a imprensa burguesa ainda oprime e discrimina os movimentos sociais e as ações da classe trabalhadora em todo o mundo”, analisa.

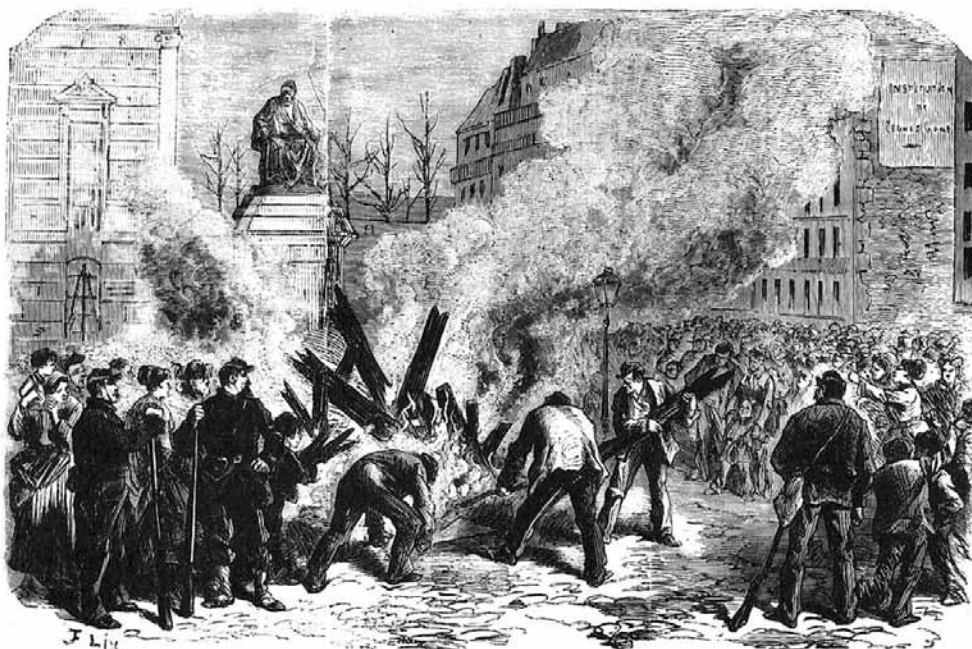
Ensinamentos

Para o docente da UFRJ, a experiência da Comuna tem muito a nos ensinar, tanto

no que realizou quanto no que deixou de realizar. “A Comuna de Paris nos ensina que não se concretiza a democracia em sua completude sem romper com o Estado burguês”, comenta.

Segundo lasi, todas as experiências dos trabalhadores na luta contra capitalismo, desde a Comuna em 1871 e a Revolução Russa em 1917, têm se limitado a mudanças dentro do próprio Estado.

“A Comuna vive porque é urgente e inadiável a radicalidade da destruição do Estado burguês como condição incontornável para que iniciemos a transição socialista e as tarefas que nos levarão à superação da sociedade de classes e do Estado e, mais do que nunca, é preciso que os trabalhadores entendam que isso só pode ser feito pelo seu próprio Estado – a ditadura do proletariado”, analisa.



“Nenhum ou todos

Escravo, quem há de te libertar?

Os que nas profundezas estão

Camarada, é que te verão

E hão de ouvir o teu grito:

Os escravos te hão de libertar.

Nenhum ou todos. Tudo ou nada.

Não se salva um homem só.

Às armas ou ao pó.

Nenhum ou todos. Tudo ou nada.

Faminto, quem há de te alimentar?

Se queres uma fatia de pão

Junta-te a nós, os que à fome vão

Mostrar-te o caminho a caminhar.

Os famintos hão de te alimentar.

Nenhum ou todos. Tudo ou nada.

Não se salva um homem só.

Às armas ou ao pó.

Nenhum ou todos. Tudo ou nada.

Quem, ó vítima, te há de vingar?

Tu, espancado pelos bandidos,

Junta-te às fileiras dos feridos.

Somos nós, com nosso soluçar

Camarada, que te havemos de vingar.

Nenhum ou todos. Tudo ou nada.

Não se salva um homem só.

Às armas ou ao pó.

Nenhum ou todos. Tudo ou nada.

Quem, ó perdido, há de ousar?

Os que dizem não à humilhação

Reforcem a mais sólida união

Com os que, sofrendo e a lutar

Hoje mesmo nos querem libertar.

Nenhum ou todos. Tudo ou nada.

Não se salva um homem só.

Às armas ou ao pó.

Nenhum ou todos. Tudo ou nada.”

Os Dias da Comuna, de Bertolt Brecht



ANDES-SN irá traçar perfil do docente das IES

Colaboração das Seções Sindicais é fundamental para realização da pesquisa

Quem é o professor das universidades brasileiras nos tempos atuais? Quais são as suas condições de trabalho e o que ele espera da instituição? As respostas para essas e outras perguntas devem ser obtidas na pesquisa “Perfil dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil”, que o ANDES-SN, em parceria com o Departamento Intersindical de Estudos Sindicais (Dieese), vai realizar nos primeiros meses de 2012.

“Queremos saber qual a percepção da nossa categoria em relação a questões como a carga horária, titulações, produtividade, pós-graduação, expectativas e anseios em relação à carreira e ao próprio sindicato”, complementa o 1º tesoureiro do ANDES-SN, Hélivio Mariano.

As informações coletadas serão um importante subsídio para o estreitamento dos vínculos entre os docentes, as Seções Sindicais e a direção do ANDES-SN e para a orientação da atuação sindical da entidade. A execução da pesquisa foi aprovada no 29º Congresso do ANDES-SN e atende a uma reivindicação das seções sindicais.

“O docente de hoje não é mais o de 30 anos atrás. Com essa pesquisa, buscamos entendê-los e assim subsidiar melhor nossas ações”, explica a 1ª vice-presidente Regional Sul do ANDES-SN, Bartira Silveira Grandi, que tem participado do grupo responsável por definir a pesquisa junto com o Dieese.

O levantamento será feito por meio de questionários com perguntas fechadas, enviados por e-mail, para 12 mil docentes filiados ao ANDES-SN de todas as regiões do país e de todas as áreas de conhecimento. Para montar o questionário, técnicos do Dieese conversaram com diretores do Sindicato Nacional e realizaram pré-testes.

Na primeira semana de dezembro, o Dieese enviou para as seções sindicais

os nomes dos docentes sorteados para a pesquisa. É importante que, até o dia 21 de dezembro, seja confirmado o e-mail dos professores que serão entrevistados para o levantamento e se estes continuam trabalhando na mesma instituição.

“Esse retorno é imprescindível, pois é a forma de garantirmos a abrangência do universo a ser analisado”, informou a socióloga Vera Gebrim, supervisora de pesquisas sindicais do Dieese.

Após a checagem das informações, o Dieese vai encaminhar os questionários por e-mail, o que deve ser feito no início de 2012. “Temos de ter, pelo menos, a resposta de quatro mil professores. Como sabemos que nem todos respondem, mandamos para um universo muito maior”, explica a pesquisadora.

Vera esclarece que não serão aceitos voluntários para a pesquisa. “A escolha foi feita de forma aleatória para que não haja influência nas respostas. Um voluntário teria proximidade com o ANDES-SN, o que prejudicaria a neutralidade do resultado”, esclarece.